

INCLUSÃO ESCOLAR E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: INTEGRANDO RECURSOS DIDÁTICOS E APRENDIZAGEM

DANIELA CRISTINA FREITAS GARCIA PIMENTA

Escola Municipal Professora Gláucia Santos Monteiro

danielagarcia16@yahoo.com.br

TEREZINHA BORGES DE RESENDE CAVALARO

Escola Municipal Professora Gláucia Santos Monteiro

terezinhabrc@hotmail.com

RESUMO

O reconhecimento da educação como um direito, e a consideração da diversidade como um valor educativo essencial para a transformação das escolas, passaram a fazer parte do processo de escolarização de alunos com necessidades especiais. A literatura estudada sugere a realização de estudos específicos na área de educação, de modo a propiciar análises de situações aplicadas no atendimento educacional especializado (AEE), que permitam caracterizar estratégias inovadoras de ensino e avaliação. Dessa forma, o objetivo deste trabalho é analisar de que maneira as práticas pedagógicas de inclusão podem ser aplicadas em sala de aula de modo a proporcionar a integração entre recreação e aprendizado. Este trabalho apresenta uma análise sobre a aplicação de recursos didáticos confeccionados por professoras que atuam no AEE em uma escola municipal na cidade de Uberlândia-MG. Os resultados apresentam características das atividades, tais como: público alvo, objetivos e procedimentos. Por fim, são apresentados impactos da aplicação destas atividades, tais como: reações desencadeadas pelo(s) aluno(s) durante a aplicação do jogo e resultados na aprendizagem da criança após o jogo.

Palavras chave: Inclusão escolar, Atendimento Educacional Especializado e Práticas pedagógicas.

Eixo 2- Práticas pedagógicas e psicopedagógicas na perspectiva da diferença humana

INTRODUÇÃO

A partir do processo de democratização dos sistemas de ensino, diversos movimentos e leis passaram a fazer parte do processo de escolarização de alunos com necessidades especiais. Sánchez (2005) destaca que o reconhecimento da educação como um direito, e a consideração da diversidade como um valor educativo essencial para a transformação das escolas, são pontos essenciais para as mudanças nesse contexto.

Nessa perspectiva, os sistemas de ensino devem favorecer a aprendizagem e a valorização das diferenças, atendendo as necessidades educacionais de seus alunos, organizando e promovendo condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e à comunicação. O movimento pró-inclusão ganhou força em 1994, na Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais.

Essa Conferência influenciou a legislação de vários países, inclusive o Brasil, tendo em destaque o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de educação inclusiva.

Pimenta e Pimenta (2016) destacam que a maior parte dos artigos científicos sobre a inclusão escolar estão voltados para o campo da psicologia e da medicina, e se referem ao estudo dos transtornos em si. Estes autores sugerem a realização de estudos específicos na área de educação, de forma a propiciar análises de situações aplicadas em sala de aula no intuito de contribuir com a identificação de estratégias de ensino e avaliação inovadoras.

Dessa forma, o objetivo deste trabalho é analisar de que maneira as práticas pedagógicas de inclusão podem ser aplicadas em sala de aula de modo a proporcionar a integração entre recreação e aprendizado.

A INCLUSÃO ESCOLAR

Antigamente era característica da escola, delimitar a escolarização como privilégio de um grupo, excluindo os alunos considerados fora dos padrões “normais”, padrões estes impostos erroneamente pela sociedade. Porém a partir do processo de democratização dos sistemas de ensino, documentos favorecendo a inclusão escolar foram surgindo, leis começaram a ser criadas, convenções foram realizadas e o processo de escolarização de alunos com necessidades especiais começou a ser agraciado com mudanças positivas. Hoje existem várias leis, normativas e outros documentos que tratam da inclusão de pessoas com necessidades especiais, e alguns serão citados neste trabalho.

A Constituição Federal de 1988 traz como um de seus principais objetivos “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, e quaisquer outras formas de discriminação” e estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino garantindo como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino.

Em 1994, acontece em Salamanca, na Espanha, uma Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, cujo princípio norteador mostra que as escolas devem acolher a todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas e outras.

Em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 recomendou que os sistemas de ensino devem: 1) assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; 2) assegurar a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental em devido suas deficiências; 3) aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar.

Em 1999, o Decreto nº 3.298, que regulamenta a Lei nº 7853/89, ao dispor sobre a Política Nacional para a integração da pessoa com deficiência, define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular.

Na Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, é determinado que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001).

Em 2007, foi lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, que teve como eixos a formação de professores para a educação especial, a implantação de salas de recursos multifuncionais, a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, acesso e a permanência das pessoas com deficiência na educação superior e o monitoramento do acesso à escola dos favorecidos pelo Benefício de Prestação Continuada – BPC.

Já em 2008 a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de educação inclusiva trouxe as diretrizes que fundamentam uma política pública voltada à inclusão escolar, consolidando o movimento histórico brasileiro.

Segundo Ferreira; Guimarães (2003), nos últimos anos, a sociedade vem passando por inúmeras modificações, o mundo parece estar mudado, os valores alterados, as pessoas diferentes, fala-se muito em terceiro milênio (Nova Era), nova consciência, globalização, qualidade de vida, ecologia e cibernética. Onde ocorre a tentativa de rompimento das tradicionais amarras teórico-metodológicas, possibilitando um olhar e uma abordagem mais próxima das reais necessidades do indivíduo, na sociedade contemporânea.

Sánchez (2005) aponta que, as causas fundamentais que têm promovido o aparecimento da inclusão, são de dois tipos: o reconhecimento da educação como um direito, e a consideração da diversidade como um valor educativo essencial para a transformação das escolas.

Este tópico tratou sobre a inclusão escolar, para isso foi apresentado algumas leis, normativas e outros documentos que falam sobre o assunto, mas vale lembrar que muitos documentos não foram apresentados aqui, e que também são importantes, podendo ser trabalhados em uma próxima pesquisa.

Concluindo, observa-se a importância da inclusão de qualidade de pessoas com deficiência em escolas de ensino regular, pois suas diferenças nada mais são que, o olhar que a sociedade as enxerga.

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis e etapas e todas as modalidades da educação básica e superior, que disponibiliza o Atendimento Educacional Especializado (AEE), os recursos próprios desse atendimento e orienta alunos e professores quanto à utilização desses recursos nas turmas comuns do ensino regular, de acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de educação inclusiva (2008).

A RESOLUÇÃO Nº 4, DE 2 DE OUTUBRO DE 2009 diz que os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), e este deve ser ofertado em salas de recursos

multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos.

Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de educação inclusiva (2008) o AEE complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela identificando, elaborando e organizando recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no AEE devem se diferenciar daquelas realizadas na sala de aula comum, mas não substituem a escolarização.

De acordo com a NOTA TÉCNICA Nº 04 / 2014 / MEC / SECADI / DPEE alicerçando-se nas orientações contidas na Resolução CNE/CEB, nº 4/2009, no seu artigo 4º, considera-se público-alvo do AEE:

I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.

II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Estão incluídos nesta definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

Segundo a RESOLUÇÃO Nº 4, DE 2 DE OUTUBRO DE 2009, em seu artigo 5º:

O AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios.

Sempre que não for possível a integração do aluno nas escolas comuns do ensino regular, em função das condições específicas do mesmo, o atendimento educacional especializado deve ser feito em classes, escolas ou serviços especializados de acordo com a Política de Educação Especial, na Perspectiva Inclusiva de (2008).

A NOTA TÉCNICA Nº 04 / 2014 / MEC / SECADI / DPEE salienta que, para frequentar o AEE, não se pode considerar imprescindível a apresentação de laudo médico (diagnóstico clínico) por parte do aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, pois não se trata de documento obrigatório mas complementar, lembrando que o AEE caracteriza-se por atendimento pedagógico e não clínico. A nota ressalta ainda que, o importante é que o direito das pessoas com deficiência à educação não seja impedido pela exigência de laudo médico.

Com base nesse referencial, pode-se concluir que os sistemas de ensino devem favorecer a aprendizagem e a valorização das diferenças, atendendo as necessidades educacionais de seus alunos, organizando e promovendo condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e à comunicação.

METODOLOGIA

Este trabalho apresenta um referencial teórico sobre a inclusão escolar, o atendimento educacional especializado (AEE) e apresenta recursos didáticos confeccionados por professoras que atuam no AEE em uma escola municipal na cidade de Uberlândia-MG.

São apresentadas sete atividades contendo objetivos, forma de aplicação, reações comuns dos alunos e principais resultados. A pesquisa foi realizada em setembro de 2017, teve como principal coleta de dados a observação e entrevistas para o entendimento dos objetivos e do processo de aplicação dos recursos.

RECURSOS DIDÁTICOS CONFECCIONADOS POR PROFESSORAS QUE TRABALHAM NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Como foi apresentado no tópico anterior deste trabalho, a função do AEE é complementar e/ou suplementar a formação dos alunos buscando sua autonomia e independência dentro e fora da escola, para isso os profissionais que trabalham neste atendimento, considerando as necessidades específicas dos seus alunos, devem identificar, elaborar e organizar os recursos pedagógicos e de acessibilidade eliminando as barreiras e proporcionando participação plena do estudante. Vale lembrar que as atividades desenvolvidas no AEE devem ser diferentes das atividades realizadas na sala de aula regular, não substituindo a escolarização e sim enriquecendo.

Segundo Souza (2007) recurso didático é todo material utilizado como auxílio no ensino - aprendizagem do conteúdo proposto a ser aplicado pelo professor a seus alunos.

Utilizar recursos didáticos no processo de ensino e aprendizagem é importante para que o aluno assimile o conteúdo trabalhado, desenvolvendo sua criatividade, coordenação motora e habilidade ao manusear objetos diversos. O professor deve estar muito bem preparado, com um bom embasamento teórico e ter objetivos claros ao trabalhar utilizando os vários recursos, atualizando-se a todo o momento assim, realmente poderá cumprir a sua missão, que é ensinar (Souza, 2007).

Dentre os recursos utilizados no AEE, tem-se o jogo e, segundo Moratori (2003) o jogo pode ser considerado como um importante meio educacional, pois propicia um desenvolvimento integral e dinâmico nas áreas cognitiva, afetiva, linguística, social, moral e motora, contribuindo também para a construção da autonomia, criticidade, criatividade, responsabilidade e cooperação .

Há uma ampla variedade de recursos didáticos que podem ser trabalhados no atendimento educacional especializado, para isso é muito importante que o professor conheça bem o aluno, entenda a sua necessidade, e busque um recurso que respeite as suas limitações, proporcionando experiências ricas e proveitosas ao trabalhar com os recursos apresentados, propiciando desenvolvimento das áreas afetadas e valorizando as diferenças do aluno.

A seguir serão apresentados alguns recursos confeccionados por professoras do atendimento educacional especializado de uma escola municipal de Uberlândia-MG. É importante ressaltar que dentre os recursos apresentados, alguns são de ideias próprias das professoras, outros são ideias retiradas de livros, artigos ou sites educativos e outros são ideias apresentadas em cursos frequentados pelas mesmas.

NOME DO JOGO: Bingo dos animais

PÚBLICO ALVO: Alunos em fase de alfabetização

OBJETIVOS:

- Identificar o nome da imagem;
- Relacionar desenho ao nome;
- Explorar percepção e atenção;
- Aprender de maneira lúdica e divertida.



Figura 1: Bingo dos animais

COMO SE JOGA:

1. O professor entrega uma cartela para cada aluno; 2. Entrega as palavras que correspondem a cada desenho da cartela entregue (de acordo com a numeração atrás das peças e da cartela); 3. Sorteia-se uma imagem e mostra-se para os alunos; 4. Neste momento o professor deve estimular as crianças a encontrarem o nome do animal, dando dicas dos sons das letras e de como se escreve a palavra; 5. Os alunos têm que procurar em sua cartela o animal sorteado, caso a criança tenha a imagem sorteada ela tem que encontrar o nome do animal e colocar em cima do desenho; 6. Ganha o jogo a criança que marcar todos os animais primeiro.

REAÇÕES DESENCADEADAS PELO(S) ALUNO(S) DURANTE A APLICAÇÃO DO JOGO:

O jogo do bingo é um jogo muito atrativo para as crianças, elas normalmente gostam muito. Porém algumas crianças têm dificuldades em aceitar a derrota no jogo, ou seja, apenas ficam felizes com o resultado se ganharem.

RESULTADOS NA APRENDIZAGEM DA CRIANÇA APÓS O JOGO:

Esse jogo pode ser bem explorado pelo professor, o mesmo pode aproveitar todas as oportunidades de aprendizado que surgirem durante a aplicação do jogo para ensinar. Sendo aplicado corretamente, o jogo pode gerar grandes aprendizados na assimilação e formação de palavras, na correspondência imagem e palavra, dentre outros. Com isso a criança aprende e se diverte.

NOME DO JOGO: Jogo da memória

PÚBLICO ALVO: Alunos em fase de alfabetização

OBJETIVOS:

- Estimular memória, concentração e atenção;
- Desenvolver raciocínio lógico;
- Explorar correspondência entre palavras e desenhos;
- Propiciar oportunidades de interação;
- Oportunizar o contato com a leitura de palavras.



Figura 2: Jogo da memória

COMO SE JOGA:

Para começar o jogo, as peças são postas com as figuras e palavras voltadas para baixo, para que não possam ser vistas. Cada participante deve, na sua vez, virar duas peças e deixar que todos as vejam. Caso apareça a figura e seu respectivo nome, o participante deve recolher consigo esse par e jogar novamente. Se forem peças diferentes, estas devem ser viradas novamente, passando a vez ao participante seguinte. Ganha quem tiver mais pares no final do jogo.

REAÇÕES DESENCADEADAS PELO(S) ALUNO(S) DURANTE A APLICAÇÃO DO JOGO:

Como a maioria dos jogos, este também é bem aceito pelas crianças e geram sensações de euforia, tensão e emoção no decorrer das partidas.

RESULTADOS NA APRENDIZAGEM DA CRIANÇA APÓS O JOGO:

Como o jogo da memória estimula a memória, concentração e atenção e estas também são propriedades essenciais para a assimilação do conteúdo ensinado em sala, a criança tende a render mais em sala de aula, fixando e retendo o que lhe é transmitido.

NOME DA ATIVIDADE: Marque o nome correto

PÚBLICO ALVO: Alunos em fase de alfabetização

OBJETIVOS:

- Entender que uma mesma sílaba pode estar em várias palavras;
- Identificar sons semelhantes em diferentes palavras;
- Ampliar o vocabulário;
- Contribuir para a alfabetização;
- Contribuir para o desenvolvimento da coordenação motora (prendedores).



Figura 3: Marque o nome correto

COMO SE DESENVOLVE A ATIVIDADE:

O aluno deve ler as palavras e identificar a palavra correta de acordo com o desenho na carta. Ao identificar a palavra, ele deve prender o pregador na mesma. O pregador tem 2 funções nessa atividade, a de marcar a palavra e a de estimular a coordenação motora ao manuseá-lo.

REAÇÕES DESENCADEADAS PELO(S) ALUNO(S) DURANTE A APLICAÇÃO DA ATIVIDADE:

Essa atividade desperta no aluno a curiosidade e atenção, pois as palavras nas cartas são semelhantes e por isso cabe bastante cuidado para que a palavra correta seja marcada.

RESULTADOS NA APRENDIZAGEM DA CRIANÇA APÓS A ATIVIDADE:

Essa atividade promove no aluno uma contribuição significativa em seu processo de alfabetização, pois entra em contato com diferentes palavras com sons semelhantes, ampliando seu vocabulário e desenvolvendo percepções que antes não eram percebidas.

NOME DA ATIVIDADE: Produção de texto

PÚBLICO ALVO: Todas as idades

OBJETIVOS:

- Produzir textos de forma diferente e prazerosa;
- Desenvolver no aluno o gosto pela leitura;
- Promover condições para que o aluno faça suas produções de forma espontânea;
- Despertar a criatividade e imaginação.



Figura 4: Produção de texto

COMO SE DESENVOLVE A ATIVIDADE:

O professor disponibiliza várias imagens e pede que o aluno escolha algumas para produzir um texto oral utilizando cada uma delas.

REAÇÕES DESENCADEADAS PELO(S) ALUNO(S) DURANTE A APLICAÇÃO DA ATIVIDADE:

Algumas vezes produzir um texto pode se tornar uma atividade desgastante caso não seja trabalhada corretamente. Nota-se no decorrer da aplicação da atividade entusiasmo e interesse do aluno, esse tipo de produção de texto é diferente e prazerosa.

RESULTADOS NA APRENDIZAGEM DA CRIANÇA APÓS A ATIVIDADE:

Aumenta o interesse do aluno durante as aulas relacionadas ao assunto.

NOME DA ATIVIDADE: Lojinha

PÚBLICO ALVO: Crianças do 1º ao 5º ano e/ou alunos com dificuldades em operações matemáticas

OBJETIVOS:

- Interligar o estudo da matemática com o seu cotidiano;
- Perceber a presença da matemática em diferentes lugares;
- Entender a importância da matemática e desenvolver o raciocínio lógico.



Figura 5: Lojinha

COMO SE DESENVOLVE A ATIVIDADE:

1. Escolher quem será o dono da lojinha e quem será o cliente; 2. O cliente escolhe os itens que ele quer comprar, simulando uma ida ao mercado ou loja, tenta resolver mentalmente para descobrir o valor total da compra e paga ao dono, utilizando as notas e moedas de papel. Caso o aluno não consiga calcular mentalmente ele pode utilizar o caderno para somar.

REAÇÕES DESENCADEADAS PELO(S) ALUNO(S) DURANTE A APLICAÇÃO ATIVIDADE:

O aluno se sente como um adulto indo ao mercado ou loja soltando a imaginação.

RESULTADOS NA APRENDIZAGEM DA CRIANÇA APÓS A ATIVIDADE:

Proporciona aprendizado para a vida, aprendendo a quantidade de dinheiro que se deve ter para comprar determinado produto, se terá troco ou não, com isso a atividade gera autoconfiança e vontade de aprender.

NOME DA ATIVIDADE: Multiplicação

PÚBLICO ALVO: Crianças do 1º ao 5º ano e/ou alunos que ainda não conseguem abstrair o conceito de multiplicação.

OBJETIVOS:

- Contribuir para que o aluno possa compreender o processo da multiplicação concretamente, até que possa abstrair e tornar mais ágil a operação matemática.

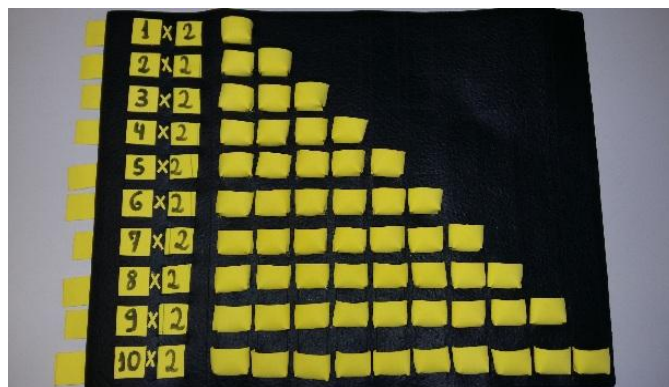


Figura 6: Multiplicação

COMO SE DESENVOLVE A ATIVIDADE:

Distribuindo os palitinhos nos compartimentos de acordo com o que se pede nos numerais.

REAÇÕES DESENCADEADAS PELO(S) ALUNO(S) DURANTE A APLICAÇÃO DA ATIVIDADE:

Percepção do processo da multiplicação.

RESULTADOS NA APRENDIZAGEM DA CRIANÇA APÓS A ATIVIDADE:

Abstração e agilidade na operação matemática.

NOME DA ATIVIDADE: Aprenda a Contar

PÚBLICO ALVO: Crianças dos anos iniciais e/ou alunos que ainda não conseguem abstrair número e quantidade.

OBJETIVOS:

Colaborar com o aluno para que possa ter condições de associar números com quantidades.



Figura 7: Aprenda a contar

COMO SE DESENVOLVE A ATIVIDADE:

Fazer seriação dos palitos, contar e encaixar nos potinhos a quantidade de acordo com o número correspondente.

REAÇÕES DESENCADEADAS PELO(S) ALUNO(S) DURANTE A APLICAÇÃO DA ATIVIDADE:

Correlação quantidade com número.

RESULTADOS NA APRENDIZAGEM DA CRIANÇA APÓS A ATIVIDADE:

Consciência do concreto para o abstrato e que todo número refere-se a uma quantidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa abordou temas como: a evolução do processo de escolarização dos alunos com necessidades especiais, como tem acontecido sua inclusão nas escolas de ensino regular e a função do atendimento educacional especializado. Além disso, este trabalho também mostra como a prática pode ser enriquecida, apresentando ideias de recursos didáticos confeccionados por professoras que atuam neste atendimento em uma escola municipal de Uberlândia-MG.

Conclui-se que, o uso de recursos didáticos contribui para o desenvolvimento do aluno, sendo de extrema importância que o profissional conheça muito bem seu aluno e suas especificidades, pois só assim realizará um trabalho de sucesso alcançando os objetivos esperados.

É importante lembrar também que, o ato de ensinar vai além do que está planejado no papel, e que uma atividade ou jogo pode alcançar até mais objetivos do que se espera. Assim, ressalta-se o que foi falado em tópicos anteriores deste trabalho que, o preparo do profissional ao desenvolver e aplicar determinado recurso é essencial para o sucesso dos resultados alcançados pelo aluno.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**: Documento subsidiário à política de inclusão. Brasília: SEESP, 2008.

_____. Governo Federal. Constituição da república Federativa do Brasil. **Brasília, Senado Federal**, 1988.

_____. Presidência da República. Decreto Presidencial n. 3298/99, que institui a Política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência. Brasília, 1999.

_____. Orientações para implementação e política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. NOTA TÉCNICA Nº 04 / 2014 / MEC / SECADI / DPEE. BRASIL, 2015.

_____. MEC. INEP. LDBEN 9.394/96. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial. Brasília, DF, 2009.

_____. Ministério da Educação. O Plano de Desenvolvimento da Educação. Razões, Princípios e Programas. Brasília, DF, MEC, 2007.

FERREIRA, Maria Elisa Caputo, GUIMARAES, Marly. **Educação Inclusiva**. Editora DP&A. 2003. 157

MORATORI, P.B. Por que utilizar jogos educativos no processo de ensino aprendizagem?. Trabalho de conclusão da disciplina introdução a informática na educação, no Mestrado de Informática aplicada à Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Acesso em: 02/10/2017. Disponível em : <http://www.nce.ufRJ.br/GINAPE/publicacoes/trabalhos/PatrickMaterial/TrabfinalPatrick2003.pdf>. 2003.

PIMENTA, Daniela Cristina Freitas Garcia; PIMENTA, Marcio Lopes. O que os periódicos dizem sobre o autismo? Uma revisão sistemática sobre as principais vertentes de pesquisa. In: VII Seminário Nacional de Educação Especial, 2016. Uberlândia: CEPAE-UFU , **Anais...**, 2016.

RESOLUÇÃO CNE/CEB 4/2009. Diário Oficial da União, Brasília, 5 de outubro de 2009, Seção 1, p. 17.

SANCHÉZ, P.A. A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. **Revista da Educação Especial**. V.1, n.1. P.7-18. 2005.

SOUZA SE. O uso de recursos didáticos no ensino escolar. *Arq Mudi*. 2007;11(Supl.2):110-4.

UNESCO. Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área de necessidades educativas especiais. Espanha, 1994.